



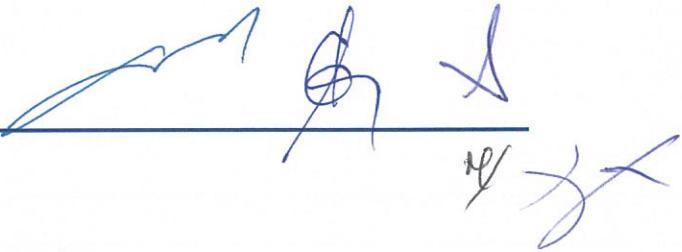
Relatório de Gestão

Ano de 2021

H G L
R K

Índice

I	NOTA INTRODUTÓRIA	3
II	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	7
III	AVALIAÇÃO GLOBAL DA OFERTA FORMATIVA	15
IV	ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA DO CPJ	20
V	ATIVIDADE FINANCEIRA INTERNA	30
VI	ATIVIDADE RECURSOS HUMANOS	33
VII	ÓRGÃOS SOCIAIS	41
VIII	ESTRUTURA DOS SERVIÇOS	42
IX	PESSOAL E ESTRUTURA DIRIGENTE EXISTENTE EM 31-12-2021	43
X	CONTABILIDADE DE GESTÃO	45
XI	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	46



I – NOTA INTRODUTÓRIA

Breve Caracterização do Centro Protocolar da Justiça

O Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, abreviadamente Centro Protocolar da Justiça (CPJ), foi criado nos termos da Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, por homologação do protocolo celebrado entre os então Ministério do Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Justiça, envolvendo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP, IP), e vários serviços atualmente com novas configurações orgânicas e dependências tutelares, ou entretanto extintos, nomeadamente a Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, o Gabinete de Planeamento e Combate à Drogas e o Instituto de Reinsersão Social. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, operou-se a fusão das duas Direções-Gerais subsistentes na representação do Ministério da Justiça, criando-se a Direção-Geral de Reinsersão e Serviços Prisionais (DGRSP), que é atualmente o único serviço que representa o Ministério da Justiça neste Centro de Formação Protocolar. A atividade do CPJ abrange o território nacional, com exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

1. O CPJ é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, em que, nos termos do artigo 21.º do protocolo, publicado em anexo à Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, as dotações orçamentais de funcionamento são suportadas pelo orçamento do IEFP, IP, até 85%, e a parte restante pelos orçamentos dos serviços do Ministério da Justiça. As dotações orçamentais de capital são integralmente suportadas pelo orçamento do IEFP, IP.
2. A atividade é regulada, nos termos da Lei, pelo Orçamento e Plano de Atividades anuais, aprovados pelos Órgãos previstos na Estrutura Orgânica (Artigo 4.º do protocolo, publicado em anexo à Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto).
3. Os cursos e ações de formação profissional desenvolvem-se nos Estabelecimentos Prisionais (adiante designados EP) de Complexidade de Gestão Média (CGM) e Complexidade de Gestão Elevada (CGE) e nos Centros Educativos (adiante designados CE).
4. Através do Despacho n.º 1971/2017, de 08 de março da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP (ANQEP, IP), foi autorizado o funcionamento do



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Centro Qualifica do CPJ (CQ do CPJ), na NUT III da Lezíria do Tejo, tendo posteriormente sido autorizado pela ANQEP, IP o seu funcionamento, em regime de itinerância, nos vários EP e CE disseminados pelo território nacional.

5. Os EP são estruturas físicas localizadas tanto em grandes centros urbanos, como em zonas rurais, em diversos regimes de reclusão, possuindo, genericamente, condições para o desenvolvimento de atividades de formação profissional.
6. Os CE encontram-se edificados em zonas rústicas ou urbanas, cujo enquadramento é em tudo semelhante ao descrito para os EP, cuja população ronda, em média, cerca de três dezenas de educandos, dispondo, genericamente, de estruturas físicas destinadas a atividades de formação profissional.
7. A maior parte dos equipamentos utilizados nas ações de formação profissional são propriedade do CPJ, tendo sido adquiridos com verbas do orçamento próprio, existindo, contudo, algumas salas de formação, quer nos EP, quer nos CE, que foram apetrechadas pela DGRSP com recurso a fundos desta Direção-geral.
8. A sede do CPJ situa-se num edifício do Ministério da Justiça, onde se encontra instalado o Centro Educativo Navarro de Paiva (CENP), em Benfica, e dispõe de um Núcleo de Formação Profissional em Alcoentre (NFA), situado numa propriedade rústica localizada na proximidade dos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e de Vale de Judeus, sendo também neste Núcleo a domiciliação do CQ do CPJ. Mais integra o Pólo no Norte do CPJ, que funciona em instalações também disponibilizadas pelo Ministério da Justiça, numa casa de função cedida pela Direção do EP de Paços de Ferreira, situada na zona limítrofe do respetivo EP.
9. Na sua estrutura permanente, o Centro Protocolar da Justiça, é composto por 30 trabalhadores, aos quais se aplica o regime do Contrato Individual de Trabalho estabelecido no Código de Trabalho em vigor e na sua regulamentação.
10. Para o desenvolvimento das ações de formação, o CPJ contrata prestadores de serviços, com perfil e competências adequadas às características de cada ação de formação, ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e
n.º 42/2017, de 30 de novembro).

- 11.** Este Centro Protocolar não dispõe de pessoal técnico ou administrativo nos EP nem nos CE, recorrendo, para coadjuvação da sua atividade, às respetivas equipas técnicas daquelas estruturas da DGRSP.
- 12.** O CPJ desenvolve a sua atividade nos EP e CE disseminados por todo o território nacional, sendo que para assegurar um estreito acompanhamento da formação desenvolvida, os técnicos superiores afetos à Divisão de Qualificação (DQ) realizam visitas regulares aos mesmos, e asseguram uma permanente articulação com os técnicos dos EP e CE, bem como com toda a equipa formativa envolvida, nomeadamente os mediadores, os formadores e os professores.
- 13.** O levantamento das necessidades de formação, é realizado em articulação com a DGRSP e as direções dos EP e dos CE, atendendo às expetativas de qualificações profissionais e escolares dos reclusos e jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. A seleção de itinerários de formação é realizada em consonância com as áreas de formação consideradas prioritárias por parte do IEFP, IP e ANQEP, IP e de acordo com as condições físicas de cada local de formação.
- 14.** O CPJ garante a divulgação das ações de formação junto da população reclusa mediante a afixação de cartazes e a realização de sessões de esclarecimento locais, sem prejuízo da difusão do seu Plano de Formação promovida pelos serviços centrais da DGRSP.
- 15.** Relativamente à intervenção do CPJ nos CE, a formação profissional é garantida ininterruptamente mediante a realização de cursos de Educação Formação para os jovens ainda abrangidos pela escolaridade obrigatória, e independentemente da data de início do cumprimento da respetiva medida tutelar educativa.
- 16.** A constituição dos grupos de formandos nos EP resulta dos encaminhamentos realizados pelos técnicos do CQ do CPJ, tendo por base a análise da informação constante das fichas de inscrição e dos questionários aplicados em sessões coletivas, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 230/2008, de 7 de março (com a redação dada pela Portaria n.º



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

283/2011, de 24 de outubro) e da decisão final das direções dos respetivos EP onde decorrem as ações de formação.

- 17.** Dada a obrigatoriedade dos jovens em cumprimento de medida tutelar educativa em CE, estarem enquadrados em atividades de educação e formação, todos os jovens são inscritos nas ações de formação promovidas pelo CPJ, única entidade promotora e formadora junto deste público-alvo.
- 18.** As dotações financeiras oriundas do IEFP, IP e da DGRSP para a atividade realizada em 2021, encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

Quadro 1 – Dotações financeiras disponíveis

Origem do Financiamento	Dotação (1)	Cativações (2)	Dotação disponível (3) = (1) - (2)	Receita arrecadada (4)	% Execução (4) / (3)
Transferências de Capital					
IEFP, IP	135 000,00 €	0,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €	100,00%
Funcionamento					
IEFP, IP	2 863 541,00 €	0,00 €	2 863 541,00 €	2 833 495,82 €	98,95%
DGRSP	447 938,00 €	0,00 €	447 938,00 €	447 938,00 €	100,00%
Total	3 446 479,00 €	0,00 €	3 446 479,00 €	3 416 433,82 €	99,13%



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

II – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Execução do Plano de Formação

19. O CPJ no ano de 2021 cumpriu a atividade proposta no seu Plano de Formação, nomeadamente:

- Foram organizados, implementados e executados de acordo com o orçamento disponível, cursos de dupla certificação (certificação escolar e profissional) em colaboração com as escolas associadas aos EP e CE e Formações Modulares Certificadas (FMC).
- Prosseguiu-se a estratégia de reforço das parcerias com o Ministério da Educação, sendo a componente de formação de base dos cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) desenvolvida por professores cedidos pelas escolas associadas aos EP e aos CE, em articulação com a componente tecnológica e sob a mediação do CPJ, bem como a afetação de professores a ações de formação profissional promovidas pelo CPJ noutras tipologias (ex.: FMC);
- Procedeu-se à utilização dos recursos e potencialidades existentes e disponíveis nos diversos EP e CE, numa estratégia de ação e gestão eficientes;
- Utilizaram-se recursos pedagógicos diversificados, devidamente adaptados às características da formação e do público-alvo;
- Manteve-se o Protocolo com o Ministério da Agricultura, que facilita ao CPJ a possibilidade de ministrar formação profissional na aplicação de Fitofármacos, obrigatória nos termos da lei em vigor nas áreas da Agricultura e Jardinagem;
- Manteve-se o reforço da bolsa de formadores certificados, técnica e pedagogicamente competentes, com perfil e requisitos exigidos e considerados adequados às características da população alvo, com a finalidade de assegurar a qualidade e a eficácia do processo formativo para a reintegração efetiva dos formandos.

20. A população abrangida pela atividade formativa continua a caracterizar-se genericamente pela vulnerabilidade à reincidência criminal, pela pertença a círculos de marginalidade, pelas baixas habilitações escolares e deficientes competências pessoais, sociais e profissionais. Assim, considerou-se imperativo continuar a fomentar a execução de cursos



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

EFA, de forma a garantir aos candidatos a possibilidade de adquirirem uma dupla certificação (escolar e profissional).

21. De modo a abranger o maior número possível de indivíduos, nomeadamente aqueles que devido às limitações decorrentes das durações das penas e medidas tutelares educativas não reúnem condições para a certificação total de um Itinerário de Qualificação, o CPJ mantém a aposta na promoção de FMC (Formação Modular Certificada) com vista à capitalização de competências, procurando garantir a conclusão de percursos formativos e aquisição ou reforço de competências técnico-profissionais consentâneas com as exigências do mercado de trabalho.
22. A programação e a calendarização das ações realizadas foram definidas pelo CPJ em conjunto com os serviços competentes da DGRSP.

Ações de Formação Profissional

23. No ano de 2021 ainda em contexto de pandemia que continuou a condicionar todos os setores de atividade, a educação e formação não foram exceção. Assim, no âmbito da formação profissional, foi mantido o projeto de Form@ção à Distânci@, enquanto não foram possíveis as aulas presenciais.
24. A análise dos dados de execução física registados em dezembro de 2021 é demonstrativa do impacto que as medidas de contenção da propagação do COVID-19 tiveram no desenvolvimento da formação promovida pelo CPJ, conforme podemos verificar na análise dos dados de execução física registados em dezembro de 2021. No entanto foram atingidos resultados satisfatórios, para a execução de um Plano de Formação ambicioso como era o de 2021.
25. No global e com o cenário que tivemos, pode dizer-se que os resultados obtidos são positivos, uma vez que, apesar dos constrangimentos, o CPJ conseguiu manter a possibilidade de jovens internados em Centros Educativos e reclusos em Estabelecimentos Prisionais continuarem com a sua valorização socioprofissional através da aquisição de competências escolares, técnicas e sociais.

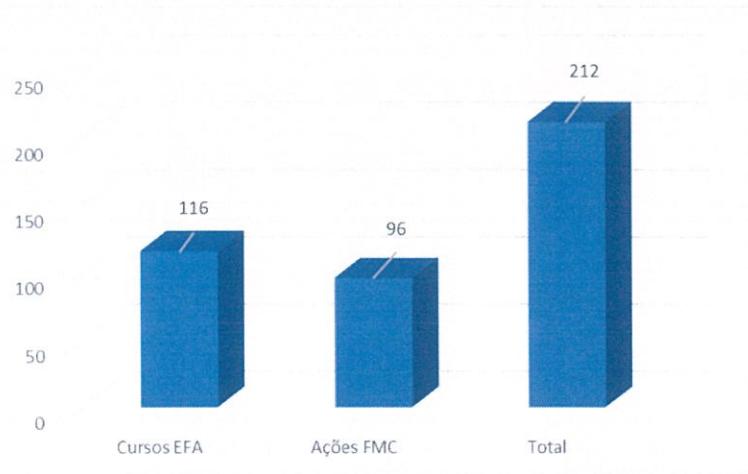


CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

26. Ao longo do ano de 2021, o CPJ assegurou 116 ações de cursos EFA de dupla certificação, (82 em EP e 34 em CE), 96 ações de FMC (85 em EP e 11 em CE). Foram abrangidos 2 416 formandos, num total de 212 ações de formação com a duração de 72 152 horas de formação e 499 597 horas de volume de formação.

Gráfico 1 – Execução do Plano de Formação (ações)



27. O quadro seguinte ilustra a distribuição das ações de acordo com a tipologia e nível dos cursos:

Quadro 2 – Distribuição das ações por Tipologia

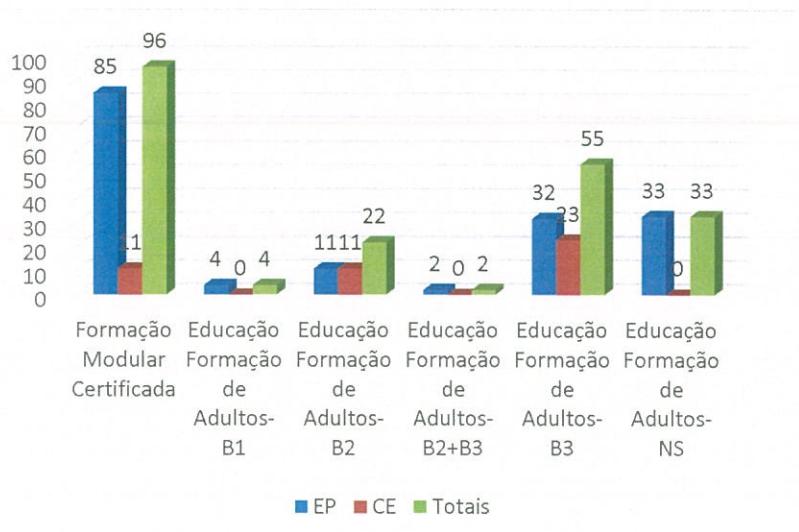
TIPOLOGIAS	EP	CE	Totais
Formação Modular Certificada	85	11	96
Educação Formação de Adultos- B1	4	0	4
Educação Formação de Adultos- B2	11	11	22
Educação Formação de Adultos- B2+B3	2	0	2
Educação Formação de Adultos- B3	32	23	55
Educação Formação de Adultos- NS	33	0	33
TOTAL	167	45	212



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Gráfico 2 – Distribuição das ações por Tipologia

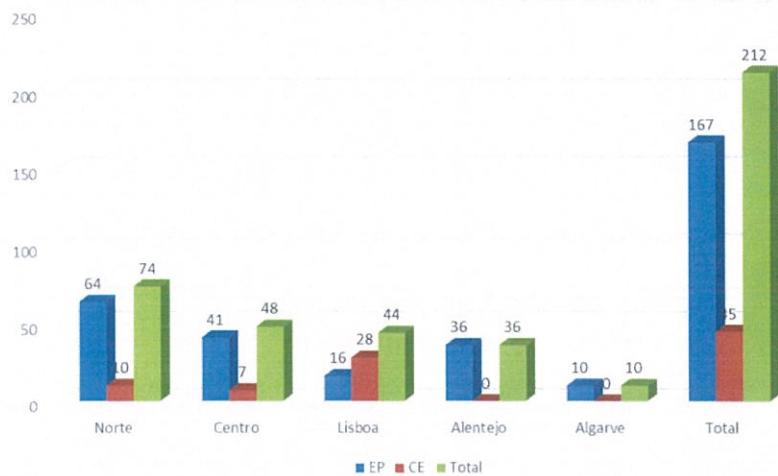


28. As referidas **212** ações apresentaram a seguinte distribuição geográfica:

Quadro 3 – Distribuição de ações por região

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total	%
EP	64	41	16	36	10	167	78,77%
CE	10	7	28	0	0	45	21,23%
Total	74	48	44	36	10	212	100,00%

Gráfico 3 – Execução do Plano de Formação por região





CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

29. No Plano de Formação, foi abrangida uma grande diversidade de Áreas e Itinerários de formação, em diversas tipologias:

Quadro 4 – Áreas e itinerários de formação abrangidos nas ações de formação

Área Profissional	Itinerários de formação
000 – Formação de Base	Formação de Base
080-	Formação em Competências Básicas
090 – Desenvolvimento Pessoal (Formação para a Inclusão)	Formar para (Re)Integrar
	Gestão da Carreira e Empreendedorismo
	Literacia Financeira
	Relacionamento Comercial e Vendas
	TIC – Emprego
213 – Audiovisuais e produção dos media	Técnico/a Multimédia
215 – Artesanato	Calceteiro/a
	Pintura e Arte
582 – Construção Civil e Engenharia Civil	Canalizador/a
	Pedreiro/a
	Pintor/a da Construção Civil
	Construção Civil
525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecânico/a de Serviços Rápidos
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel
	Pintor/a de Veículos
815 – Cuidados de Beleza	Cabeleireiro/a de Senhora
	Assistente de Cuidados de Beleza
	Assistente de Cabeleireiro
813 – Desporto	Técnico/a de Desporto
522 – Eletricidade e energia	Eletricista de Instalações
	Eletromecânico/a de Eletrodomésticos
	Eletromecânico/a de refrigeração e climatização
	Técnico/a de Instalações Elétricas
	Técn. Instalador/a Sistemas Solares Fotovoltaicos
	Técnico/a de Refrigeração e Climatização
523 – Eletrónica e Automação	Instalador/a – Reparador/a de Computadores
481 – Ciências Informáticas	Instalação e Gestão de Redes Informáticas
	Operador/a de Informática
	Programador/a de Informática
622 – Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Jardinagem
	Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes
811 – Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a
	Operador/a de Manutenção Hoteleira
	Empregado/a de Restaurante/Bar
	Técnico/a de Pastelaria/Padaria
541 – Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a – Padeiro/a



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureiro/a Industrial de Tecidos
543 – Materiais	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário
521 – Metalurgia e Metalomecânica	Serralheiro/a Civil
	Técnico de Soldadura
621 – Produção Agrícola e Animal	Operador/a Agrícola
623 - Silvicultura	Sapador/a Florestal
	Motoserrista
812 – Turismo e Lazer	Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural
	Técnico/a de informação e animação e turística
999 – Empreendedorismo	Gestão de Carreira e Empreendedorismo

30. Como é patente no quadro anterior, existiu a preocupação de diversificar a oferta formativa, tendo em conta as prioridades formativas nacionais e as condições dos polos de formação designadamente, espaços físicos e equipamento disponível, bem como o levantamento de necessidades realizado pela DGRSP em articulação com o CPJ. É de realçar a diversidade de áreas de formação e o investimento em saídas profissionais de maior exigência tecnológica e com mais elevada taxa de empregabilidade.

31. Dos **87** cursos transitados de anos anteriores, **54** terminaram durante o ano de 2021 e **33** transitaram para os anos seguintes. Em 2021 iniciaram-se **125** cursos, **49** cursos EFA, e **76** ações de FMC.

32. Para a realização da formação nos vários EP e CE, o CPJ no ano de 2021 contou com a colaboração das respetivas escolas associadas nos locais abaixo identificados:

Quadro 5 – Escolas associadas que colaboram com o CPJ

Zona	EP/CE	Locais onde existiu a colaboração das escolas associadas
Norte	EP Izeda	Colaboração da Escola Secundária Abade Baçal através da colocação de formadores
	EP Porto	Colaboração da Escola Secundária João Gonçalves Zarco através da colocação de formadores
	EP Paços de Ferreira	Colaboração da Escola Secundária de Paços de Ferreira através da colocação de formadores
	EP Santa Cruz do Bispo	Colaboração do Agrupamento de Escolas Eng. Fernando Pinto de Oliveira através da colocação de formadores
	EP Vale do Sousa	Colaboração da Escola Secundária de Paços de Ferreira através da colocação de formadores
	CE Santa Clara	Colaboração da EB 2.3 da Escola Júlio Saúl Dias através da colocação de formadores
	CE Santo António	Colaboração do Agrupamento de Escolas Carolina Michælis (Escola 2.3. Irene Lisboa) através da colocação dos formadores
Centro	EP Coimbra	Colaboração do Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro através da colocação dos formadores
	EP Guarda	Colaboração do Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque através da colocação dos formadores
	EP Guarda (Extensão Mondego)	Colaboração do Agrupamento de Escolas da Sé através da colocação dos formadores



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Centro	EP Leiria (Jovens)	Colaboração da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo através da colocação dos formadores
	CE Olivais	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Martim de Freitas através da colocação dos formadores
Lx e Vale do Tejo	CE Bela Vista	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Gil Vicente através da colocação dos formadores
	CE Navarro Paiva	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Benfica através da colocação dos formadores
	CE Padre António Oliveira	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de São Bruno através da colocação de formadores
	EP Tires	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Matilde Rosa Araújo através da colocação de formadores
	EP Linhó	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alcabideche através da colocação de formadores
	EP Sintra	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Visconde Juromenha através da colocação de formadores
	EP Carregueira	Colaboração com o Agrupamento de Escolas de IBN Mucana através da colocação de formadores
	EP Alcoentre	Colaboração com Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira através da colocação de formadores
Alentejo	EP Vale de Judeus	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva através da colocação de formadores
	EP Elvas	Colaboração com Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira através da colocação dos formadores para a Formação de Base
		Colaboração com o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva através da colocação dos formadores

33. Durante 2021, dos **2 416** formandos que frequentaram as ações de formação, **2 356** foram do género masculino (2 086 em EP e 270 em CE) e **60** do género feminino (43 em EP e 17 em CE).

Quadro 6 – Distribuição de formandos por género (M-masculino vs F-feminino)

	Formandos				
	M	%	F	%	Total
EP	2086	98,0%	43	2,0%	2129
CE	270	94,1%	17	5,9%	287
Total	2356	97,5%	60	2,5%	2416

34. A distribuição geográfica dos formandos que frequentaram as ações foi a seguinte:

Quadro 7 – Distribuição de formandos por região

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total	%
EP	804	549	217	431	128	2 129	88%
CE	51	56	180	0	0	287	12%
Total	855	605	397	431	128	2 416	100%
%	35%	25%	16%	18%	5%	100%	



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

35. Em 2021, das **73 152** horas de formação ministradas, **51 864** horas (71%) dizem respeito a formação ocorrida em EP, **21 288** horas (29%) em formação ocorrida nos CE, registando-se uma maior predominância nas regiões Norte e Centro de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 8 – Distribuição das horas de formação

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total	%
EP	23236	13447	3717	10502	962	51864	71%
CE	4488	4795	12005	0	0	21288	29%
Total	27724	18241	15722	10502	962	73152	100%
%	38%	25%	21%	14%	1%	100%	

36. Durante o ano de 2021 foram elaborados pelos técnicos da Divisão de Qualificação relatórios de acompanhamento de ações de formação referentes a visitas aos polos formativos com diferentes objetivos, nomeadamente, de abertura, acompanhamento e de encerramento de cursos.



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

III – AVALIAÇÃO GLOBAL DA OFERTA FORMATIVA

37. Depois da análise dos resultados dos quadros anexos verifica-se uma execução abaixo das metas previstas no indicador de volume de formação. No entanto foram superados os objetivos de ações de formação executadas e horas ministradas, tendo ainda sido atingido o objetivo de número de formandos abrangidos. Pode dizer-se que apesar de todos os constrangimentos, devido ao forte impacto da pandemia, conseguiu-se desenvolver o plano de formação programado.
38. Numa análise global podemos concluir que os objetivos definidos no plano de formação foram atingidos ou superados tendo em conta as metas inicialmente propostas (vide Quadro 09). Como é de conhecimento geral, o desenvolvimento da atividade do CPJ sofreu perturbações com os confinamentos impostos devido a surtos de Covid-19 provocando uma queda de execução no volume de formação na ordem de 15%, em função da meta inicialmente programada.
39. Ainda assim, tendo em conta o esforço conjunto do CPJ e de todos os demais intervenientes nomeadamente os nossos formadores, os docentes das escolas parceiras bem como a DGRSP e respetivos Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos, o volume de formação de 2021, em valores absolutos, comparado com do ano transato, traduz-se num aumento próximo de 20 %.
40. Para além das referências anteriores, existiram outros fatores que contribuíram para a execução abaixo da meta prevista do volume de formação, nomeadamente o aumento das taxas de absentismo e desistência de formandos, maioritariamente por motivos inerentes à condição de reclusão, não só devido à saída em liberdade, transferência de local, razões disciplinares, entre outras, mas também pelo facto da população reclusa apresentar características cada vez mais difíceis de trabalhar (ex.: instabilidade, desmotivação).
41. Importa também referir que sendo a bolsa um forte atrativo para a frequência de formação em contexto prisional, o aumento de ofertas de outras atividades, quer sejam de realização de tarefas para o Estabelecimento Prisional ou para empresas que disponibilizam ofertas no interior dos mesmos e que apresentam uma maior rentabilidade financeira para o recluso, leva a que muitos optem por esta escolha, originando não só a



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

dificuldade na constituição de grupos, como também desistências nas ações em funcionamento.

- 42.** Não obstante estes constrangimentos, o CPJ manteve em 2021 a sua importante missão de oferecer aos reclusos e aos jovens sob a tutela da DGRSP a possibilidade de investirem na formação (profissional, escolar e pessoal) e no seu futuro, procurando contribuir para a sua melhor integração aquando do retorno à comunidade e na prevenção da reincidência na prática de crimes.
- 43.** A diversificação da oferta formativa do CPJ, repartida por 48 itinerários de formação diferentes (vide Quadro 4), procurou compatibilizar as características e origem da população alvo com as áreas consideradas prioritárias pelo IEFP, IP e ANQEP, IP em termos de empregabilidade, na sua vertente oferta/dinâmica do mercado de emprego.
- 44.** O controlo e a avaliação efetuados durante e no final das ações de formação, com recurso a vários métodos (observação participante, aplicação de testes, inquéritos por questionário e provas de avaliação final) permitiram verificar a qualidade da formação desenvolvida.
- 45.** No âmbito da sua intervenção durante o ano 2021, a Formação Prática em Contexto de Trabalho (FPCT), própria da estrutura curricular dos cursos EFA, foi talvez a componente formativa mais prejudicada e que maior perturbação provocou nos percursos formativos.
- 46.** O objetivo principal do CPJ em 2021, tal como em anos anteriores, foi o de proporcionar à sua população-alvo o máximo de competências através do incremento do nível de escolaridade, a par do domínio das técnicas profissionais exigidas pelo mercado de trabalho. Acredita-se que só a formação profissional de qualidade é eficaz, permitindo a real capacitação do público alvo que servimos, constituindo-se por isso, num veículo primordial para a plena (re)integração social dos formandos, que terão por esta via efetivamente, maior facilidade na obtenção de emprego.
- 47.** Apresentam-se de seguida os quadros resumo da atividade do CPJ, no respeitante à execução física e financeira, esta numa ótica da despesa realizada, e em comparação com dados de exercícios anteriores:



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Quadro 9 – Mapa resumo de execução física

	2019 (31/12/2019)			2020 (31/12/2020)			2021 (31/12/2021)		
	TOTAL			TOTAL			TOTAL		
	Metas estabelecidas	Executado (ano)	Taxa de Execução (%)	Metas estabelecidas	Executado (ano)	Taxa de Execução (%)	Metas estabelecidas	Executado (ano)	Taxa de Execução (%)
Cursos EFA	103	117	113,59%	107	100	93,46%	101	116	114,85%
Ações FMC	69	88	127,54%	76	62	81,58%	103	96	93,20%
Subtotal	173	205	118,50%	183	162	88,52%	204	212	103,92%
N.º de formandos EFA	1 153	1 469	127,41%	1 207	1 151	95,36%	1 114	1 272	114,18%
N.º de formandos FMC	990	1 224	123,64%	1 041	801	76,95%	1 400	1 144	81,71%
Subtotal	2 158	2 693	124,79%	2 248	1 952	86,83%	2 514	2 416	96,10%
N.º de horas EFA	52 762	65 767	124,65%	52 550	48 675	92,63%	54 958	62 765	114,20%
N.º de horas FMC	8 056	9 642	119,69%	10 910	7 878	72,21%	12 958	10 387	80,16%
Subtotal	61 056	75 409	123,51%	63 460	56 553	89,12%	67 916	73 152	107,71%
Volume de Formação EFA	563 213	449 596	79,83%	413 978	346 339	83,66%	577 596	406 367	70,35%
Volume de Formação FMC	120 840	97 176	80,42%	131 508	75 254	57,22%	90 527	93 229	102,99%
Subtotal	687 623	546 772	79,52%	545 486	421 593	77,29%	668 123	499 597	74,78%

Quadro 10 – Execução volumétrica – volume executado vs volume previsto

	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
Volume Previsto	687 623	545 486	668 123
Volume Real (executado)	546 772	421 593	499 597
% de execução	79,52%	77,29%	74,78%

Quadro 11 – Execução orçamental – despesa total vs receita total

	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
Receita Total	2 770 595,05 €	2 585 219,39 €	3 417 175,15 €
Despesa Total	2 768 075,19 €	2 580 051,91 €	3 412 276,33 €
% de execução orçamental	99,91%	99,80%	99,80%

Quadro 12 – Execução financeira – despesas correntes totais

	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
Despesas Correntes Totais	2 693 081,77 €	2 446 820,13 €	3 277 295,59 €
Despesa Hora Formação	35,70 €	42,51 €	44,80 €
Despesa Hora Formando	4,92 €	5,80 €	6,56 €

Quadro 13 - Execução financeira - despesas extra formação

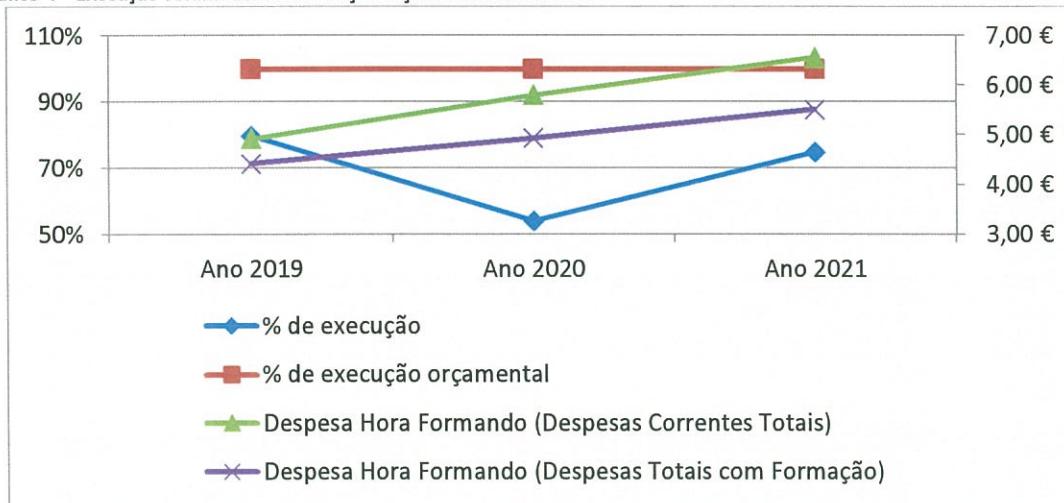
	Ano 2019	%	Ano 2020	%	Ano 2021	%
Despesas com Viaturas	27 366,35 €	10,06%	21 155,70 €	5,77%	16 871,05 €	0,86%
Despesas com Obras Externas	10 451,25 €	3,84%	4 077,45 €	1,11%	22 365,21 €	0,04%
Despesas com Obras Internas	17 160,25 €	6,31%	18 032,02 €	4,92%	96 343,37 €	0,74%
Centro. Qualifica	186 396,97 €	68,52%	205 854,76 €	56,14%	261 762,34 €	8,41%
Outras Despesas Não Elegíveis	30 661,81 €	11,27%	117 571,55 €	32,06%	127 405,55 €	4,80%
Total	272 036,63 €	100,00%	366 691,48 €	100,00%	524 747,52 €	14,99%

Quadro 14 - Execução financeira - despesas correntes totais com formação

	Ano 2019	% *	Ano 2020	% *	Ano 2021	% *
Despesas correntes totais c/ Formação	2 421 045,14 €	89,90%	2 080 128,65 €	85,01%	2 752 548,07 €	83,99%
Despesa Hora Formação	32,09 €		36,14 €		37,63 €	
Despesa Hora Formando	4,42 €		4,93 €		5,51 €	

* % face a Despesas Correntes Totais com formação

Gráfico 4 – Execução volumétrica vs Execução orçamental e financeira



48. Os elementos expressos no ponto anterior revelam que o volume de formação alcançado em 2021, de 499.597 (horas de formação x formandos), foi acima do realizado no ano de 2021 (421.593), representando uma variação percentual de +18,5%, pelo que este indicador já revela uma retoma gradual da atividade formativa do Centro.

49. Contudo o volume executado (499.597), está muito aquém da meta estabelecida no Plano de Formação de 2021 para este indicador (668.123), tendo ficado por executar um volume de 168.526. Esta diferença tem subjacente um conjunto de fatores, sendo de destacar a manutenção em 2021 das recorrentes paragens da atividade formativa do Centro, decorrentes da pandemia de COVID-19, bem como as elevadas taxas de absentismo e de



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

desistência da população-alvo do CPJ, sobretudo da população reclusa em estabelecimentos prisionais. Importa também destacar, neste contexto, os atrasos que se verificam no início das ações de formação programadas, consequentes de constrangimentos inerentes ao funcionamento das estruturas onde a mesma decorre, nomeadamente, estabelecimentos prisionais e centros educativos da DGRSP.

50. Não obstante o indicador de volume de formação estar aquém dos objetivos pretendidos, da análise dos dados de execução física registados no ano de 2021, é de realçar o valor registado nos indicadores referentes ao número de ações, formandos e horas de formação, que estão dentro das metas estabelecidas.

51. Conforme expresso no quadro 14, face a 2020 verificaram-se aumentos nos indicadores de despesa hora formação e despesa hora formando, em +1,49€ e +0,53€, respetivamente. A variação positiva destes indicadores é consubstanciada, fundamentalmente, pelo aumento do valor/hora dos honorários dos prestadores de serviços de formação em 2021. Importa ressalvar que o CPJ prossegue uma política de gestão assente na máxima racionalização de recursos conducente à obtenção de melhores resultados.



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

IV – ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA DO CPJ

52. O CQ do CPJ tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação da população e de empregabilidade dos indivíduos à guarda da Direção Geral de Reinserção Social e da População Civil do Conselho de Azambuja.
53. O CQ do CPJ procede a um serviço de informação, orientação e encaminhamento com vista à obtenção de uma qualificação escolar e profissional ou de dupla certificação, assim como, à realização de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação.
54. Todo o trabalho desenvolvido é feito em estreita colaboração com a Divisão de Qualificação do CPJ, conseguindo-se, desta forma, rentabilizar todo um trabalho efetuado pelo CQ, não apenas no sentido de se conseguir que as ações promovidas pelo CPJ, possam ir de encontro, o mais possível, ao perfil e necessidades patenteadas pelos candidatos, mas também no sentido de ser aproveitado todo o trabalho administrativo efetuado no CQ que, posteriormente, não carece de duplicação quando encaminhado para esta Divisão.

Equipa

55. Durante o ano de 2021, a equipa do CQ foi constituída por uma estrutura central sedeada no Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA) e por três extensões: Lisboa, Alentejo/Algarve, Norte.

56. A equipa nuclear foi constituída por cinco Técnicos de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências (TORVC), um contratado a tempo inteiro e os outros quatro a tempo parcial. Esta equipa foi responsável pela inscrição, orientação e encaminhamento para ofertas formativas (incluindo Processos RVCC, Cursos EFA, e outros) da população prisional dos estabelecimentos prisionais de Alcoentre e Vale de Judeus, Leiria, Caldas da Rainha, Torres Novas e Évora, dos jovens com medidas de internamento nos Centros Educativos afetos, e da população civil do concelho de Azambuja. O trabalho da equipa incluiu, ainda, o acompanhamento, sobretudo nas fases iniciais, dos adultos encaminhados para Processos RVCC, bem como a gestão de todo o trabalho administrativo inerente às



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

etapas de orientação, encaminhamento e reconhecimento/validation de competências, incluindo a introdução de dados na plataforma SIGO e contactos com outras Entidades/Instituições. A equipa nuclear, sempre que necessário, deu apoio às outras duas extensões.

57. As extensões de Lisboa, Alentejo/Algarve e Norte foram criadas com fundamento na distância geográfica da equipa e na elevada concentração de Estabelecimentos Prisionais (EP) e Centros Educativos (CE) nas três referidas zonas, tendo como objetivo uma atuação mais eficaz e célere por parte do CQ.
58. A extensão do Norte foi constituída por 3 TORVC contratados a tempo parcial dando resposta à população prisional dos Estabelecimentos Prisionais do Porto, Stª Cruz do Bispo (masculino e feminino), Paços de Ferreira e Vale do Sousa, Bragança, Izeda, Braga, Guimarães, Viana Castelo e Coimbra e aos jovens do Centro Educativo de Santa Clara e Santo António.
59. A extensão de Lisboa foi composta por um TORVC contratado a tempo parcial dando resposta à população prisional dos Estabelecimentos Prisionais da Zona de Lisboa aos jovens dos Centros Educativos desta zona geográfica, nomeadamente, os Centros Educativos da Bela Vista, Padre António Oliveira e Navarro de Paiva.
60. A extensão do Alentejo e Algarve foram constituídas por três TORVC, externos, a tempo parcial, dando resposta à população prisional dos Estabelecimentos Prisionais de Setúbal, Pinheiro da Cruz, Odemira, Elvas, Olhão e Faro.
61. Mais se acrescenta que, sempre que necessário, intervêm em processos de RVCC técnicos internos do CPJ (do quadro de pessoal do Centro).
62. Numa equipa extensa como a do CQ do CPJ, um dos aspetos fundamentais ao longo do ano de 2021, foi, mais que nunca a comunicação entre os seus vários elementos, intensificando as reuniões síncronas da equipa nuclear (sede), mas também com a equipa alargada (todas a extensões), as quais passaram ter uma periodicidade mais regular.



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

63. Foram, com o mesmo propósito, criados outros canais de comunicação, que permitiram manter uma comunicação fluida e sistemática entre os elementos da equipa, o que veio, por vezes, melhorar a coesão e espírito de missão do grupo.

Quadro 15 – Equipa TORVC

Nome	Função	Total de Horas Contratadas
Liliana Amaral	Técnico de ORVC	35 horas semanais
Ana Filipa Veloso	Técnico de ORVC	15 horas semanais
Ana Coelho	Técnico de ORVC	16 horas semanais
Sandra Parente	Técnico de ORVC	16 horas semanais
Mónica Nunes	Técnico de ORVC	14 horas semanais
Catarina Guerra	Técnico de ORVC	30 horas semanais
Cristiana Ferreira	Técnico de ORVC	25 horas semanais
Ana Rothes	Técnico de ORVC	14 horas semanais
Olga Vaz	Técnica de ORVC	3 horas semanais
Sandra Mela	Técnica de ORVC	2 horas semanais
Sofia Pereira	Técnica de ORVC	3 horas semanais
Susana Rosa	Técnica de ORVC	5 horas semanais
Susana Rodrigues	Técnica de ORVC	4 horas semanais
Ana Vaz	Técnica de ORVC	2 horas semanais

64. Para além da equipa técnica, foram contratados formadores para os Processos RVCC Escolar e RVCC PRO. Estes formadores são responsáveis, em articulação com os Técnicos ORVC, pelas várias fases do reconhecimento, validação e certificação de competências (escolares ou profissionais). As suas tarefas incluem a descodificação dos Referenciais, análise dos Portfólios Reflexivos de Aprendizagens (PRA) ajudar os/as adultos/as na preparação para as provas de certificação, preparação de sessões de júris e inserção de alguns dados na plataforma SIGO. Os formadores do RVCC-PRO realizam ainda entrevistas técnicas e os formadores do RVCC Escolar, quando necessário, desenvolvem sessões de formação complementar. Ao longo do Projeto foi na gestão dos formadores contratados que se foram introduzindo alterações, concluindo-se que a estratégia inicial de contratação de formadores localmente, conduzia a uma equipa de grandes dimensões, mas com pouca estabilidade e coesão, o que dificultava os processos de comunicação. Assim, optou-se por centralizar a equipa de formadores, trabalhando-se mais em itinerância.



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Quadro 16 – Formadores

Nome	Função	Área de Competências-Chave	Total de Horas de Contratadas
Ana Filipa Veloso	Formador RVCC Escolar	CLC/CP/LC/CE	435
Ana Coelho	Formador RVCC Escolar	CLC/CE	320
Anabela Azenha	Formador RVCC Escolar	CP/CE	265
Teresa Fonseca	Formador RVCC Escolar	STC	130
Sandra Parente	Formador RVCC Escolar	MV/STC	700
Susana Rosa	Formador RVCC Escolar	CLC/CP/CE/LC/TIC	460
Ana Veríssimo	Formador RVCC Escolar	CP/CE	80
Carla Ganhão	Formador RVCC Escolar	CLC LE	140
Rui Militão	Formador RVCC Escolar	CLC CE	50
Mónica Nunes	Formador RVCC Escolar	STC/CP/CE	655
Paulo Machado	Formador RVCC Escolar	TIC	15
Ernesto Morgado	Formador RVCC Escolar	CP/CE	200
Ana Vaz	Formador RVCC	CLC/LC	70
Sílvia Silva	Formador RVCC	CLC LE	50
Filipe Regueira	Formador RVCC PRO	RVCC PRO	110

65. Por último destacamos a importância da formação frequentada pela equipa ao longo do ano de 2021, a qual foi fundamental para o reforço de competências indispensáveis às novas necessidades com que se foi deparando:

- "Orientação para percursos de qualificação: passaporte qualifica, encaminhamento e monitorização dos percursos", ANQEP;
- Plataforma PICCLE - para a educação e formação de adultos (ALV);
- "Aprendências - O que podemos aprender com a arte e os artistas, Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos;
- Transição Digital no Dossiê Técnico Pedagógico;
- Seminário Promover a Aprendizagem ao Longo da Vida em Contexto Prisional;
- E-formador;
- Curso TORVC;
- VII Seminário de EFA – “Educação e Formação de Adultos, Transição Digital e Climática”
- VII Congresso Nacional da Formação Profissional “Gestão da Qualidade na Educação e Formação”;



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

- Competências-Chave na Educação e Formação de Adultos em Portugal: Experiências e novos referenciais

Protocolos e Parcerias

66. O Centro Qualifica do Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, tem como principal parceiro a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, cuja abrangência é de âmbito nacional, com exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Com este parceiro são realizadas ações de informação e divulgação em todos os Estabelecimentos Prisionais, das quais resultam inscrições de Adultos com perfis bastante heterogéneos. Após a fase de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento, os mesmos são encaminhados para as ofertas disponíveis em cada EP de acordo com o seu perfil e motivações futuras. A maior parte da população prisional, devido à sua baixa qualificação escolar e profissional, apresenta perfil compatível com percursos EFA ou FMC, sendo uma percentagem mais reduzida aquela que é encaminhada para Processo de RVCC Escolar e/ou Profissional, ainda assim, do total de Adultos encaminhados para esta oferta, a maioria são reclusos.

67. O CQ do CPJ, no âmbito da articulação com outras entidades também é membro do Conselho Local de Ação Social de Azambuja e do Conselho Municipal de Educação de Azambuja.

Quadro 17 – Parcerias

Câmara Municipal de Azambuja
Câmara Municipal de Rio Maior
Bombeiros Voluntários de Alcoentre (BVA)
Bombeiros Voluntários da Castanheira do Ribatejo
Profiforma
Gabinae
Confederação de Agricultores de Almeirim
Escola D. Carlos I
Plano Nacional de Leitura



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Itinerâncias

68. Neste ponto, importa salientar que a articulação com o nosso principal parceiro implica um trabalho realizado, quase na sua totalidade, em itinerância, o qual assume elevado impacto em toda a organização interna do CQ do CPJ. Estas itinerâncias são efetuadas, sobretudo em Estabelecimentos Prisionais e não têm data de fim, pois as mesmas fazem parte de um trabalho quotidiano do Centro Qualifica do CPJ.:

Áreas profissionais autorizadas para o Processo de RVCC de Certificação Profissional para o CQ do CPJ

69. As áreas profissionais passíveis de certificação pelo processo RVCC profissional do CQ do CPJ, após autorização da ANQEP, encontram-se representadas no quadro seguinte:

Quadro 18 – Áreas Profissionais

Hotelaria e Restauração	Construção Civil e Engenharia Civil
Comércio	Eletricidade e Energia
Construção e Reparação de Veículos a Motor	Floricultura e Jardinagem
Materiais	Secretariado e Trabalho Administrativo
Produção Agrícola e Animal	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
Trabalho Social e Orientação	Metalurgia e Metalomecânica
Proteção de Bens e Pessoas	

Comissões Técnicas

70. As Comissões Técnicas (CT) permitem que candidatos que apresentem um percurso incompleto de qualificação, com certificações parciais obtidas em mais do que uma modalidade de educação e formação ou em processo de RVCC, possam obter uma qualificação. Ao longo de 2021 o número de CT realizadas sofreu um elevado incremento, tendo sido realizadas 84 certificações.



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Atividades desenvolvidas e planeadas

71. Para além do estabelecimento de contactos privilegiados com Escolas, Entidades Formadoras, Empresas e Instituições locais. Neste ano particular, com a necessidade de adaptação a uma nova realidade de confinamento e momentos de impossibilidade de realização de sessões presenciais, foi necessário recriar a metodologia de intervenção do CQ do CPJ, criando grupos de RVCC à distância, processo facilitado quando se trata de população civil, mas bastante mais complexo quando se trata de população prisional, cujo acesso à internet não era autorizado, suscitando complexas mudanças no que respeita ao equipamento, mas também aos recursos humanos necessários para vigiar toda a comunicação e uso da internet. Salienta-se que o CPJ fez um investimento em equipamento informático que veio, em muito, contribuir para que muito do trabalho do CQ, pudesse ter tido continuidade em alguns Estabelecimentos Prisionais, investimento que se considera que poderá continuar a ter muita utilidade no futuro e, eventualmente, mudar o paradigma de intervenção junto da população reclusa.
72. Com o objetivo de captação de públicos com menor qualificação escolar e pelo facto do CQ do CPJ estar sediado numa zona rural, a disponibilização de ofertas relacionadas com a atividade agrícola, permitiu que muitos Adultos ligados a esta área, voltassem a receber formação e a interessarem-se pelo aumento das suas qualificações. Ao longo de 2021, devido à pandemia, a nossa oferta nesta área sofreu uma redução significativa, contudo, ainda foi possível encaminhar cerca de 30 candidatos.
73. Outras estratégias utilizadas para aumentar a motivação do nosso público-alvo foram:
- Participação num concurso organizado pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEP) com a criação de um jornal com edição mensal, "Páginas de Liberdade", o qual foi pensado e desenvolvido por um grupo de Adultos que frequentam o Processo de RVCC. Esta atividade permitiu, não só aumentar a motivação de cada um dos participantes, mas também, o desenvolvimento de competências diversas.
 - Participação no projeto SMAL, enquadrado no Plano Nacional de Leitura 2017-2027, para assinalar o dia internacional da literacia, onde foi inaugurado o Clube de Leitura do Estabelecimento Prisional de Olhão, do qual fazem parte um grupo de adultos que frequentam o processo de RVCC Escolar. Nas sessões existem momentos de partilha de



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

reflexões acerca de histórias/livros lidos pelo grupo, onde é possível constatar um impacto muito positivo nos participantes, sobretudo no que respeita ao gosto pela leitura.

- Foi realizada uma cerimónia de entrega de Certificados e Diplomas a Adultos que concluíram os seus Processos de RVCC durante o estado pandémico. Esta contou com a presença da Senhora Diretora do Departamento de Qualificação de Adultos, Dra. Alexandra Teixeira e da Senhora Diretora da Divisão de Acompanhamento dos Centros Qualifica, Dra. Maria João Alves, ambas representantes da ANQEP, bem como com a Sra. Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Azambuja, Drª Sílvia Vítor, do Sr. Diretor do Estabelecimento Prisional de Alcoentre, Dr. António Leitão e da Sra. Diretora do CPJ, Drª Ana Elisa Santos. Este momento, para além de celebrar a conquista dos Adultos certificados, serviu igualmente para incentivar outros, familiares e amigos dos que concluíram a sua certificação, a inscreverem-se e a investirem na sua qualificação.

- Ainda, no âmbito do Processo de RVCC e em parceria com a DGRSP, com o projeto LER + Qualifica e a EMIC da CM de Azambuja, os reclusos do EP de Silves que frequentaram o Processo de RVCC escreveram histórias para promover boas ações e no final premiamos a história mais votada

Execução Física

74. O CQ do CPJ tem vindo a apresentar uma execução cada vez mais próxima das metas contratualizadas, contudo existem parâmetros, nomeadamente o encaminhamento para Processo de RVCC, sobretudo de nível profissional e as certificações realizadas, cujos resultados, ainda ficam aquém dos objetivos contratualizados. Para justificar esta situação consideram-se relevantes os seguintes aspetos:

- A população prisional apresenta um nível muito baixo de competências profissionais, e dentro de um mesmo EP poder-se-á encontrar isoladamente um ou outro adulto com competências numa determinada área, o que levanta constrangimentos na gestão orçamental do Centro.
- Apesar da baixa escolaridade verificada na população reclusa, atualmente verifica-se que nestes casos, na sua maioria, são adultos sem quaisquer competências escolares, cujo perfil exige um encaminhamento para um percurso formativo que lhe confira as referidas competências.



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

- Ainda no contexto prisional, dada a situação de precariedade em que os adultos vivem, muitas vezes no processo de negociação do encaminhamento, este tende a recair sobre os percursos que permitem auferir alguma verba para adquirirem bens de primeira necessidade. Também nas situações de penas muito longas, não só o recluso, mas também o próprio EP, tende a dar preferência aos percursos que mantêm ocupado o adulto durante um período mais longo de tempo.
- Relativamente à população civil, ao longo dos 3 anos, foi-se verificando um aumento gradual de inscrições no processo de RVCC Escolar de Nível Secundário, denotando-se, cada vez mais, escassez de inscrições para o Nível Básico.

75. No que se refere à adequação dos encaminhamentos ao perfil da população adulta, considera-se que, cada vez mais, tem sido possível fazer este ajuste, não só por via de um diagnóstico rigoroso, mas também pelo facto do CPJ, enquanto entidade formadora, tender a adequar o plano de formação às necessidades identificadas, e pelo facto de existir a possibilidade de serem realizadas parcerias com outras entidades financiadas que apresentam respostas para outras necessidades identificadas.

76. Por último, em termos físicos, a atividade do CQ do CPJ é apresentada no Quadro 20, constatando-se que as metas contratualizadas para o ano de 2021, no que se refere ao objetivo inscritos (600), foi amplamente superada (188%) com 1131 inscritos. De acordo com o resultado atingido, considera-se que o desempenho do CQ esteve bastante acima do esperável, sendo este um dos resultados que mais se destaca positivamente.

77. No que se refere à meta contratualizada para o objetivo encaminhados (540), os resultados obtidos pelo CQ do CPJ também ficaram acima da meta proposta (220%) com 1192 encaminhamentos. Contudo, não pode deixar de ser referido que o número de encaminhamentos efetuados para processo de RVCC é substancialmente inferior ao número de encaminhamentos para outras ofertas, considerando-se que na origem desta situação está não só a ausência de bolsa associada ao processo de RVCC, o que faz com que no processo de negociação do encaminhamento, a escolha recaia sobre os percursos financiados, mas também a desvalorização e descrédito que a sociedade, no geral, atribui ao Processo de RVCC, a qual também está presente nos Estabelecimentos Prisionais,



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

considerando-se que esta contribui para que esta oferta seja menos divulgada junto da comunidade prisional.

78. No que respeita às **certificações RVCC**, os resultados obtidos, apesar de ficaram abaixo do expectável, salienta-se que sofreram um incremento de cerca de 20% face ao ano anterior. Este resultado obtido, quando contextualizado num ano em que o país continuou assolado por uma pandemia, é considerado bastante meritório, o qual se deve a um trabalho exemplar desenvolvido pela equipa do CQ do CPJ. Toda a dinâmica do trabalho desenvolvido no Centro, sofreu um impacto abrupto, que conduziu à criação de estratégias e metodologias, pouco ou nada usadas anteriormente, tendo sido e continuando a ser, tempos em que as equipas tiveram que reinventar a sua forma de atuar, recorrendo, mais que nunca, às metodologias de comunicação à distância. O CQ do CPJ, cujo público-alvo já se encontra em condições especiais de privação da liberdade, nestes tempos, ficaram expostos a condições ainda mais desvantajosas, quando comparados com o público civil, o que conduziu à necessidade de uma articulação ainda mais próxima com o seu principal parceiro, a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de forma a serem encetadas diligências que permitissem a viabilização de sessões síncronas e assíncronas com esta população, bem como sessões de júri de certificação realizadas à distância, sendo este mais um aspeto a louvar, onde foi possível verificar uma parceria forte e resiliente, em que tudo foi feito para que o trabalho que se encontrava a decorrer não fosse suspenso e, ainda que a um ritmo diferente, permitiu que o CQ do CPJ nunca deixasse de dar continuidade à sua missão, mesmo nos momentos de maior confinamento.

Quadro 19 – Atividade do CQ 2021

Código Centro Qualifica	Designação	Meta 2021 Inscrições	Total 2021 Inscrições	Total 2021 Encaminhamentos	Total 2021 Encaminhamentos outras modalidades	Total 2021 Encaminhamentos RVCC	Total 2021 Certificações em RVCC	Total 2021 Certificações outras modalidades	Dezembro 2021 Inscrições	Dezembro 2021 Encaminhamentos outras modalidades	Dezembro 2021 Encaminhamentos RVCC	Dezembro 2021 Certificações RVCC	Dezembro 2021 Certificações outras modalidades
1045216	Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça	450	1131	1192	1053	139	54	772	360	369	8	18	59



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

V – ATIVIDADE FINANCEIRA INTERNA

79. A receita cobrada, líquida, foi de € 3.588.871,47

Quadro 20 – Receitas

	2019	2020	2021
Total da Receita	2.983.353,00 €	3.292.554,00 €	3.618.918,00 €
Cativos/Reserva (-)	6.400,00 €	1.764,00 €	0,00 €
Receita Disponível	2.976.953,00 €	3.290.790,00 €	3.618.918,00 €
Receita Cobrada	2.941.401,28 €	2.756.230,89 €	3.588.871,47 €
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA COBRADA			
RECEITAS CORRENTES			
IEFP	2.471.749,00 €	2.126.520,00 €	2.833.495,82 €
DGRSP	219.804,00 €	325.175,00 €	447.938,00 €
Subtotal (1)	2.691.553,00 €	2.451.695,00 €	3.281.433,82 €
RECEITAS DE CAPITAL			
Reposições não abatidas aos pagamentos	4.042,02 €	288,39 €	42,33 €
Outras receitas de capital/Indemnizações	0,00 €	0,00 €	699,00 €
Transferências de Capital	75.000,00 €	133.236,00 €	135.000,00 €
Subtotal (2)	79.042,02 €	133.524,39 €	135.741,33 €
Receita Cobrada - Líquida de SG (3) = (1) + (2)	2.770.595,02 €	2.585.219,39 €	3.417.175,15 €
Saldo de Gerência anterior * (4)	170.806,26 €	171.011,50 €	171.696,32 €
Total de receita do ano (3) + (4)	2.941.401,28 €	2.756.230,89 €	3.588.871,47 €

* Esta receita não teve subjacente qualquer fluxo financeiro visto se tratar da utilização de um saldo de disponibilidades acumulado de exercícios anteriores.

80. A despesa paga durante o ano, atingiu o valor global de € 3.412.276,33 assim discriminada por agrupamento económico:

Quadro 21– Despesas totais por agrupamento económico

	2019	%	2020	%	2021	%
Total da Despesa	2.768.075,19 €		2.580.051,91 €		3.412.276,33 €	
Despesas Correntes (por Agrupamento Económico)	2.693.081,77 €	100%	2.446.820,13 €	100%	3.277.295,59 €	100%
01 - Despesas com o Pessoal	896.299,38 €	33,28%	938.492,72 €	38,36%	1.011.823,54 €	30,87%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	1.541.112,88 €	57,22%	1.314.248,49 €	53,71%	2.022.806,91 €	61,72%
04 - Transferências Correntes	255.396,76 €	9,48%	193.932,94 €	7,93%	240.576,09 €	7,34%
06 - Outras Despesas Correntes	272,75 €	0,01%	145,98 €	0,01%	2.089,05 €	0,06%
Despesas de Capital (por Agrupamento Económico)	74.993,42 €	100%	133.231,78 €	100%	134.980,74 €	100%
07 - Aquisição de Bens de Capital	74.993,42 €	100%	133.231,78 €	100%	134.980,74 €	100%
Saldo de Gerência - IEFP	*2.314,59 €		*4.482,66 €		*4.228,80 €	

* No ano de 2019, 2020 e 2021 foram realizadas as transferências efetivas para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. como nos anos anteriores em consonância com o plasmado nas respetivas Leis do Orçamento de Estado. Esta verba não foi inscrita no orçamento de despesa, tendo sido considerada uma operação extraorçamental por indicações recebidas da Direção Geral do Orçamento (DGO).



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

- 81.** Foram realizadas despesas em obras de adaptação e/ou manutenção, conforme indicado no quadro seguinte:

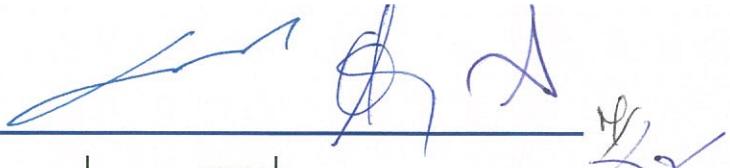
Quadro 22 – Obras realizadas

	Local	Despesa
Obras Internas	Sede-Pintura interior gabinetes	6.095,29 €
	Sede-Pavimentação de gabinetes	6.130,32 €
	Sede-Manutenção e reparação das instalações	1.457,55 €
	NFA-Manutenção e conservação das instalações	39.719,60 €
	NFA-Obra de ampliação do Eifício R (Alvenarias)	665,38 €
	NFA-Substituição dos Telhados/Coberturas	36.562,42 €
	NFA-Reparação do sistema elétrico	5.712,81 €
Subtotal (1)		96.343,37 €
Obras Externas	CENP – Requalificação da Cozinha Pedagógica	5.658,00 €
	EP Vale de Judeus-Montagem de estrutura electrosoldada	5.965,50 €
	EP Leiria (Jovens)-Reabilitação secção empregado restaurante/bar	5.082,84 €
	EP Vale de Judeus-Reparação de quadro elétrico dos espaços formativos	5.658,87 €
Subtotal (2)		22.365,21 €
Total Geral [(1)+(2)]		118.708,58 €

- 82.** Foram realizadas despesas com as viaturas da frota do CPJ, conforme indicado no quadro seguinte:

Quadro 23 – Despesas com Viaturas

Viaturas	Despesa
Citroen Berlingo 93-95-OL	2.055,21 €
Citroen Saxo 51-34-OP	280,11 €
Fiat Tipo Station 72-ZH-38	3.776,54 €
Opel Astra 51-33-EJ	566,48 €
Volkswagen Golf 20-93-GH	570,14 €
Nissan 56-30-BV	383,13 €
Ford Transit 71-38-AZ	500,55 €
Trator Deutz DX3500 E-69-62-AO	301,43 €
Trator Valmet 455 4RM-XB-83-96	27,64 €
Trator Fiat 91-28-HT	116,02 €
Trator Fendt 67-86-BQ	27,64 €
Trator Newholland 33-29-LN	207,38 €



Reboque E-8622	29,84 €
Reboque L-116159	62,33 €
Dacia Lodgy 39-OG-68	3.239,11 €
Dacia Logan 38-OG-66	1.296,30 €
Dacia Dokker 38-OG-17	3.362,32 €
Dumper	68,88 €
Total Geral	16.871,05 €

- 83.** Foram enviadas, à Direção de Serviços de Coordenação da Atividade Formativa do IEFP,IP, várias informações estatísticas e as alterações orçamentais realizadas para a execução do orçamento.
- 84.** Foram ainda satisfeitos, em tempo oportuno, os pedidos de informação provenientes do IEFP,IP, da DGO, do Gabinete de Estratégia e Planeamento, da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre outros.

VI – ATIVIDADE RECURSOS HUMANOS

85. O CPJ teve ao seu serviço, durante o ano de 2021, um total de 32 trabalhadores.

86. Em novembro de 2020, por força da manifestação da indisponibilidade, manifestada pelo técnico superior que assegurava a chefia da Divisão de Qualificação para a renovação da sua comissão de serviços, foi autorizada a contratação, em regime de cedência de interesse público, de um Técnico Superior do IEFP, IP para assegurar aquele cargo. O novo Chefe da Divisão de Qualificação iniciou funções em 1 de janeiro de 2021.

87. Em junho de 2021, um dos técnicos superiores da Divisão de Qualificação comunicou que, a partir do dia 1 de agosto passaria à condição de reformado, circunstância que resultou na caducidade do seu contrato de trabalho. Em seu lugar, foi contratada uma técnica superior, que iniciou funções em novembro de 2021.

88. No mesmo mês de novembro, a única assistente operacional que integrava o quadro do CPJ passou também à condição de reformada e, ainda nesse mês, uma técnica superior da área do Aprovisionamento da Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida denunciou o seu contrato de trabalho, tendo sido iniciada a tramitação de um procedimento de recrutamento destinado à sua substituição.

89. O Conselho de Administração do CPJ, em setembro de 2021, aprovou a quinta alteração ao Regulamento Orgânico do CPJ, no âmbito da qual foi extinto o Núcleo de Planeamento, Controlo de Gestão e Recursos Humanos, e substituído pela Divisão de Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico. Foi também criada a Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida, no Núcleo de Formação de Alcoentre. Os dirigentes destas duas unidades orgânicas passaram a ocupar cargos de chefes de divisão, extinguindo-se os cargos de Coordenador de Núcleo.

90. Considerando a natureza do vínculo, a distribuição dos referidos trabalhadores é a indicada no quadro seguinte:

Quadro 24 – Trabalhadores ao serviço

Descrição	2019	2020	2021
Contratos de Trabalho sem termo	27	27	28
Contratos Trabalho a Termo	2	2	0
Contratos em Comissão de Serviços	2	2	3
Total de Pessoal Contratado	31	31	31
Passagem à condição de reformado (-)	0	0	-2
Cessações de contratos de trabalho sem termo (-)	0	-3	-1
Cessações de contratos de trabalho a termo (-)	0	-1	0
Integração de trabalhadores no quadro (+)	0	+4	+1
Licenças sem vencimento (-)	-1	-1	0
Cessações de contratos de comissões de serviços (-)	0	0	0
Cedência Ocasional	-1	0	0
Total de Pessoal ao Serviço (em 31-12)	29	30	29

91. Em 2021 apuraram-se 52.068,24 horas possíveis de trabalho total efetivo, que correspondem a 51.620 horas de trabalho de horário normal e 448,24 horas de trabalho suplementar (menos 5,43 horas que em 2021). Àquele valor total retiram-se 5.805,5 horas, relacionadas com ausências por faltas de diversa tipologia, baixas médicas e férias. Assinalaram-se ainda dois dias de ausência ao trabalho relacionados com tolerâncias de ponto concedidas pelo Governo, por altura das festividades de Natal e final de ano.

Quadro 25 – Trabalho prestado

Anos	Horas de Trabalho	Trabalho Suplementar	Ausências Prolongadas
2019	41.914	348	1
2020	49.761	396	2
2021	51.620	448	1

92. No que concerne a ausências prolongadas, registou-se a de uma técnica superior afeta à Divisão de Qualificação, ausente por motivo de doença, que ultrapassou os 30 dias, e que implicou a suspensão do vínculo contratual no ano.

93. Relativamente à sinistralidade laboral não se registaram quaisquer casos em 2021.

94. No âmbito do direito individual à formação, foram ministradas 1708,5 horas de formação (mais 264,0 horas que em 2020), 1664,5 horas daquelas em regime de E-Learning. A despesa inerente à formação profissional interna ascendeu a € 27.261,04, correspondendo € 5.913,00 a valores efetivamente gastos no pagamento das ações de formação e € 21.348,04 a horas pagas e não trabalhadas, por frequência da formação.

95. Por categoria profissional, os técnicos superiores receberam 1.505,5 horas de formação e os assistentes técnicos 203 horas. Por Unidade Orgânica, os trabalhadores da Diretoria assistiram a 198 horas de formação, os da Divisão de Qualificação (DQ) a 478 horas, da Divisão de Gestão Financeira (DGF) assistiram a 315,5 horas de formação, da Divisão de Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico (DRHTJ) a 316 horas de formação e da Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida (DGOLV) a 401 horas de formação, de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 26 – Formação Interna

Categoria Profissional/ Serviço	Ação de Formação	Nº Horas
DIRETORIA		198
Técnicos Superiores		173
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Pós-graduação em Direito do Trabalho e Segurança Social	100,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Teletrabalho	7,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	A responsabilidade financeira na contratação pública	7,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Método AP - Ação e Poder	38,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Contratação Pública: Visão Geral	3,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Código do Procedimento Administrativo	3,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Funcionalidades da acinGov – Plataforma Eletrónica de	3,0



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Compras Públicas

Assistentes Técnicos		25
Dina Isabel Almeida Marques	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Dina Isabel Almeida Marques	Organização do Trabalho	7,0
Dina Isabel Almeida Marques	A Igualdade entre mulheres e homens e as Nações Unidas: desafios para a Administração Pública	6,0
DIVISÃO DA QUALIFICAÇÃO		478
Técnicos Superiores		478
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	Da Elaboração de Candidaturas a Financiamentos à Avaliação	12,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	Folha de Cálculo (Excel) - Funcionalidades Avançadas	25,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	Funcionalidades da acinGov – Plataforma Eletrónica de Compras Públicas	3,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	ITED - Aspetos genéricos - atualização	25,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	ITED - Análise do projeto e execução de Infraestruturas - atualização	25,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	ITED - Regras para elaboração de projeto-atualização	25,0
Francisco José Raposo Ferreira	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Cátia Teixeira de Araújo	Formação Profissional de E-Formador	60,0
Cátia Teixeira de Araújo	Curso Prático em Gestão da Plataforma SIGO	13,0
Ana Maria Ascensão Bernardo Soares	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Ana Maria Ascensão Bernardo Soares	Formação Profissional de E-Formador	60,0
Ana Maria Ascensão Bernardo Soares	Folha de Cálculo (Excel) - Funcionalidades Avançadas	25,0
Vânia Rafaela Queirós dos Reis	Gestão do Tempo	20,0
Vânia Rafaela Queirós dos Reis	Formação Profissional de E-Formador	60,0
Vânia Rafaela Queirós dos Reis	Data Scientist - Transformar dados em conhecimento	14,0
Daniella Alexandra Amaral Sousa Dias	Gestão do Tempo	20,0
Daniella Alexandra Amaral Sousa Dias	Gestão da Qualidade e Auditorias internas (ISO9001:2015/ISO19011)	40,0
Daniella Alexandra Amaral Sousa Dias	Data Scientist - Transformar dados em conhecimento	14,0
Elisabete Alexandra Araújo Gomes	Curso Prático em Gestão da Plataforma SIGO	13,0
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA		315,5
Técnicos Superiores		231,5
Jorge Manuel Marques Rosado (Chefe de Divisão)	A responsabilidade financeira na contratação pública	7,0
Jorge Manuel Marques Rosado (Chefe de Divisão)	Funcionalidades da acinGov – Plataforma Eletrónica de Compras Públicas	3,0
Ricardo Jorge Acciaioulli de Freitas	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Ricardo Jorge Acciaioulli de Freitas	Gestão de Stocks	25,0
Ricardo Jorge Acciaioulli de Freitas	Contabilidade Pública	25,0
Ricardo Jorge Acciaioulli de Freitas	A Igualdade entre mulheres e homens e as Nações Unidas: desafios para a Administração Pública	6,0
Ricardo Jorge Acciaioulli de Freitas	Processamento de Texto - Inicial	21,0
Ana Catarina Santos A.Oliveira	Execução de Contratos	10,5
Ana Catarina Santos A.Oliveira	Data Scientist - Transformar dados em conhecimento	14,0
Miriam Martins da Silva Cardoso	Execução de Contratos	14,0
Helena Isabel Neves Catroga	Execução de Contratos	14,0
Helena Isabel Neves Catroga	A Igualdade entre mulheres e homens e as Nações Unidas: desafios para a Administração Pública	6,0
Leandro Costa Marques	Formação Profissional de E-Formador	60,0



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Leandro Costa Marques	DATA SCIENTIST - TRANSFORMAR DADOS EM CONHECIMENTO	14,0
Assistentes Técnicos		84
Paula Cristina Dias Castro Pereira	Gestão do Tempo	20,0
Paula Cristina Dias Castro Pereira	Folha de Cálculo (Excel) - Funcionalidades Avançadas	25,0
José Alberto de Freitas Pereira	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
José Alberto de Freitas Pereira	Processamento de Texto - Inicial	21,0
José Alberto de Freitas Pereira	A Igualdade entre mulheres e homens e as Nações Unidas: desafios para a Administração Pública	6,0
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, APOIO TÉCNICO E JURÍDICO		316
Técnicos Superiores		316
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Pós-graduação em Direito do Trabalho e Segurança Social	100,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Teletrabalho	7,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	A responsabilidade financeira na contratação pública	7,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Funcionalidades da acinGov – Plataforma Eletrónica de Compras Públicas	3,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	A Norma NP EN ISO 19011:2019	16,0
Susana Lourenço Franco	Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública	14,0
Susana Lourenço Franco	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Vânia Cristina Lage Padrão	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
José Francisco Ramiro Inácio	Power BI - Criação de Dashboard de apoio à criação	21,0
Ana Cristina Soares Marçal	Pós-graduação em Direito do Trabalho e Segurança Social	100,0
Ana Cristina Soares Marçal	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
DIVISÃO DE GESTÃO OPERACIONAL E ORIENTAÇÃO AO LONGO DA VIDA		401
Técnicos Superiores		307
Carlos Ferreira Salgado de Sousa (Chefe de Divisão)	Da Elaboração de Candidaturas a Financiamentos à Avaliação	12,0
Carlos Ferreira Salgado de Sousa (Chefe de Divisão)	FORGEPE - Curso de Formação em Gestão Pública	98,0
Carlos Ferreira Salgado de Sousa (Chefe de Divisão)	Gestão do Tempo	20,0
Carlos Ferreira Salgado de Sousa (Chefe de Divisão)	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Carlos Ferreira Salgado de Sousa (Chefe de Divisão)	IX Encontro Nacional de Formadores -	7,0
Carlos Ferreira Salgado de Sousa (Chefe de Divisão)	Funcionalidades da acinGov – Plataforma Eletrónica de Compras Públicas	3,0
Carlos Ferreira Salgado de Sousa (Chefe de Divisão)	DATA SCIENTIST - TRANSFORMAR DADOS EM CONHECIMENTO	14,0
João Carlos Franco Narciso	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Liliana Maria Lobato Amaral	Da Elaboração de Candidaturas a Financiamentos à Avaliação	12,0
Liliana Maria Lobato Amaral	Estratégias de Gestão do Stress em Contexto de Trabalho	12,0
Liliana Maria Lobato Amaral	IX Encontro Nacional de Formadores -	7,0
Rui Pedro Santos Silva	Contabilidade Pública	25,0
Rui Pedro Santos Silva	Código dos Contratos Públicos, Regime excepcional de contratação pública e alteração 2021	10,0
Rui Pedro Santos Silva	Folha de Cálculo (Excel) - Funcionalidades Avançadas	25,0
Rui Pedro Santos Silva	Funcionalidades da acinGov – Plataforma Eletrónica de Compras Públicas	3,0
Andreia Filipa Dias Silva	Portal Base - Gestão de Artigos e Faturas - Portaria 284/2019	7,0
Andreia Filipa Dias Silva	Gestão e Utilização Portal Base - Empreitadas	5,0



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Andreia Filipa Dias Silva	Gestão e Utilização Portal Base	8,0
Andreia Filipa Dias Silva	RGPD para Cidadãos Atentos	3,0
Andreia Filipa Dias Silva	RGPD para Implementadores na Administração Pública	4,0
Andreia Filipa Dias Silva	As Principais Alterações ao CCP	5,0
Andreia Filipa Dias Silva	Funcionalidades da acinGov – Plataforma Eletrónica de Compras Públicas	3,0
Assistentes Técnicos		94
Ana Maria Moura da Silva	Vamos falar de inclusão	1,0
Ana Maria Moura da Silva	Folha de Cálculo (Excel) - Funcionalidades Avançadas	25,0
Ana Maria Moura da Silva	A Igualdade entre mulheres e homens e as Nações Unidas: desafios para a Administração Pública	6,0
Filomena Fátima M. Rodrigues	Portal Base - Gestão de Artigos e Faturas - Portaria 284/2019	7,0
Filomena Fátima M. Rodrigues	Gestão e Utilização Portal Base - Empreitadas	5,0
Filomena Fátima M. Rodrigues	Gestão e Utilização Portal Base	8,0
Filomena Fátima M. Rodrigues	RGPD para Implementar na Administração Pública	4,0
Filomena Fátima M. Rodrigues	Código dos Contratos Públicos, Regime excepcional de contratação pública e alteração 2021	10,0
Filomena Fátima M. Rodrigues	Folha de Cálculo (Excel) - Funcionalidades Avançadas	25,0
Filomena Fátima M. Rodrigues	Funcionalidades da acinGov – Plataforma Eletrónica de Compras Públicas	3,0
TOTAL GERAL		1708,5

96. Os trabalhadores participaram ainda em workshops, webinars, conferências e congressos tendo a despesa ascendido a € 1.347,72, correspondendo € 327,90 a valores efetivamente gastos e € 1.019,82 a horas pagas e não trabalhadas, por aquela frequência.

97. Foram frequentadas um total de 76,5 horas em workshops, webinars, conferências e na participação em congressos das quais, 69,5 horas foram frequentadas pelos técnicos superiores e 7 horas pelos assistentes técnicos.

Por Unidade Orgânica, os trabalhadores da Diretoria assistiram a 10,5 horas, os da Divisão da Qualificação (DQ) a 13 horas, os da Divisão de Gestão Financeira (DGF) assistiram a 12,5 horas, os da Divisão de Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico (DRHTJ) a 29 horas e os trabalhadores da Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida (DGOLV) assistiram a 11,5 horas, conforme consta do quadro seguinte:

Quadro 27 – Workshops, webinars e conferências

Categoria Profissional/ Serviço	Ação de Formação	Nº Horas
DIRETORIA		10,5
Técnicos Superiores		7,5



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Ergonomia no posto de Trabalho	1,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Proteção do Trabalho em Tempos de Covid	2,5
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Dirigentes da Administração Pública como agentes de mudança	2,0
Ana Elisa da Silva da Costa Santos (Diretora)	Igualdade, Coesão e Solidariedade durante a Pandemia	2,0
Assistentes Técnicos		3,0
Dina Isabel Almeida Marques	Ergonomia no posto de Trabalho	1,0
Dina Isabel Almeida Marques	Solidão em Tempos de Pandemia	2,0
DIVISÃO DA QUALIFICAÇÃO		13,0
Técnicos Superiores		12,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	Covid-19 no Setor da Construção	1,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	Resíduos da Construção	1,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	Domótica Aplicada a Edifícios	1,0
Paulo de Carvalho Simões (Chefe de Divisão)	Smart Cities	1,0
Francisco José Raposo Ferreira	A Certificação da Formação Profissional no SIGO	1,0
Ana Maria Ascensão Bernardo Soares	A Certificação da Formação Profissional no SIGO	1,0
Vânia Rafaela Queirós dos Reis	Ergonomia no posto de Trabalho	1,0
Vânia Rafaela Queirós dos Reis	A Certificação da Formação Profissional no SIGO	1,0
Daniella Alexandra Amaral Sousa Dias	Ergonomia no posto de Trabalho	1,0
Daniella Alexandra Amaral Sousa Dias	A Certificação da Formação Profissional no SIGO	1,0
Daniella Alexandra Amaral Sousa Dias	Simplificação de Processos e Transformação Digital no âmbito do ciclo: A Resposta da Administração Pública à Covid	2,0
Assistentes Técnicos		1,0
Pedro Miguel Torres Salvado	Ergonomia no Posto de Trabalho	1,0
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA		12,5
Técnicos Superiores		10,5
Jorge Manuel Marques Rosado (Chefe de Divisão)	Ergonomia no Posto de Trabalho	1,0
Ana Catarina Santos A. Oliveira	Sessão de esclarecimentos - Fatura Eletrónica	3,0
Ana Catarina Santos A. Oliveira	Simplificação de Processos e Transformação Digital no âmbito do ciclo: A Resposta da Administração Pública à Covid	2,0
Helena Isabel Neves Catroga	Sessão de esclarecimentos - Fatura Eletrónica	3,0
Leandro Costa Marques	Transição digital no dossier técnico pedagógico	1,5
Assistentes Técnicos		2,0
Paula Cristina Dias Castro Pereira	Simplificação de Processos e Transformação Digital no âmbito do ciclo: A Resposta da Administração Pública à Covid	2,0
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, APOIO TÉCNICO E JURÍDICO		29,0
Técnicos Superiores		29,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Comunicação Interna & Formação – Como Comunicar a Formação	2,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Ergonomia no Posto de Trabalho	1,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Simplificação de Processos e Transformação Digital no âmbito do ciclo: A Resposta da Administração Pública à Covid	2,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Proteção do Trabalho em Tempos de Covid	2,5



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Marketing Digital	1,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	A Pandemia de Covid-19 e o Direito dos Contratos: Contratos civis, contratos de trabalho e contratos comerciais	6,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	As mulheres e o Emprego: Um tema do homem	2,0
Teresa Paula de Freitas Gomes (Chefe de Divisão)	Liderança e Inovação no Feminino	3,0
Susana Lourenço Franco	Comunicação Interna & Formação – Como Comunicar a Formação	2,0
Susana Lourenço Franco	Procedimentos Concursais 4.0	2,0
Ana Cristina Soares Marçal	Ergonomia no Posto de Trabalho	1,0
Ana Cristina Soares Marçal	Simplificação de Processos e Transformação Digital no âmbito do ciclo: A Resposta da Administração Pública à Covid	2,0
Ana Cristina Soares Marçal	Proteção do Trabalho em Tempos de Covid	2,5
DIVISÃO DE GESTÃO OPERACIONAL E ORIENTAÇÃO AO LONGO DA VIDA		11,5
Técnicos Superiores		10,5
Liliana Maria Lobato Amaral	VII Congresso Nacional de Formação: Gestão da Qualidade na Educação e Formação	7,0
Andreia Filipa Dias Silva	Simplificação de Processos e Transformação Digital no âmbito do ciclo: A Resposta da Administração Pública à Covid	2,0
Andreia Filipa Dias Silva	Análise e avaliação de propostas em procedimentos de contratação pública	1,5
Assistentes Técnicos		1,0
Filomena Fátima M. Rodrigues	Ergonomia no Posto de Trabalho	1,0
TOTAL GERAL		76,5



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

VII – ÓRGÃOS SOCIAIS

98. No decurso do ano de 2021, não se assinalaram quaisquer alterações ao funcionamento ou constituição dos órgãos sociais do CPJ.

A composição dos órgãos sociais consta dos quadros seguintes, bem como a enumeração das respetivas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 2021.

Quadro 28 – Composição dos órgãos sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CA

Nome	Representação	Função
Ana Paula Gonçalves Antunes	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Presidente
Maria Madalena Duarte Correia dos Santos	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Vogal
Rómulo Augusto Marreiros Mateus	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal
Francisco José Moreira Navalho	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal

Reuniões Realizadas	
Ordinárias	8
Extraordinárias	0

DIRETORA

Ana Elisa da Silva da Costa Santos	Comissão de Serviço desde 05-03-2018, renovada em 05.03.2021
------------------------------------	---

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO – CF

Nome	Representação	Função
Susana Pessoa Moreira dos Santos Pais	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Presidente
Maria da Conceição Coutinho Rodrigues Simão	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal

Reuniões Realizadas	
Ordinárias	6
Extraordinárias	0

CONSELHO TÉCNICO-PEDAGÓGICO – CTP

Nome	Representação	Função
Susana Clara Câmara Duarte Luís	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Presidente
Regina Maria Borges Branco	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal
Ana Elisa da Silva da Costa Santos	Diretora do CPJ	Vogal

Reuniões Realizadas	
Ordinárias	0
Extraordinárias	0



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

VIII – ESTRUTURA DOS SERVIÇOS

99. Em 13 de setembro de 2021, entrou em vigor a quinta alteração do Regulamento Orgânico do CPJ que resultou da necessidade de reformular as atribuições das Unidades Orgânicas (UO), nomeadamente para as tornar mais equitativas em termos de distribuição de funções e responsabilidades. Nessa decorrência, efetuaram-se ajustamentos na repartição de áreas pelas UO, no intuito de garantir um equilíbrio mais eficaz e adaptado à realidade do funcionamento de toda a atividade do CPJ.

100. Assim, a quinta alteração à orgânica do CPJ, consubstanciou as seguintes modificações: o Núcleo de Planeamento, Controlo de Gestão de Recursos Humanos (NPCRH) e o Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA), passaram a ser designados Divisão de Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico (DRHTJ) e Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida (DGOLV), passando o NFA a integrar a DGOLV; a área de Aprovisionamento deixou de ser uma das atribuições da Divisão de Gestão Financeira (DGF) e passou para a DGOLV; a área de Controlo de Gestão deixou de pertencer à agora designada DRHTJ e passou a integrar as atribuições da DGF. Adicionalmente, foi acrescido ao elenco das atribuições da DRHTJ a da implementação de sistemas de garantia da qualidade dos processos formativos e dos resultados obtidos pelos formandos, a operacionalizar em articulação com as áreas operacionais. Finalmente, a atribuição referente à organização e manutenção da atualização do registo consolidado do ativo fixo do CPJ, assegurando a inventariação dos bens patrimoniais que o compõe, transferida para o NFA, no âmbito da quarta alteração ao Regulamento Orgânico, voltou a integrar as atribuições da DGF.

101. A estrutura orgânica do CPJ, em resultado desta quinta alteração do Regulamento Orgânico, encontra-se representada no seguinte organograma:

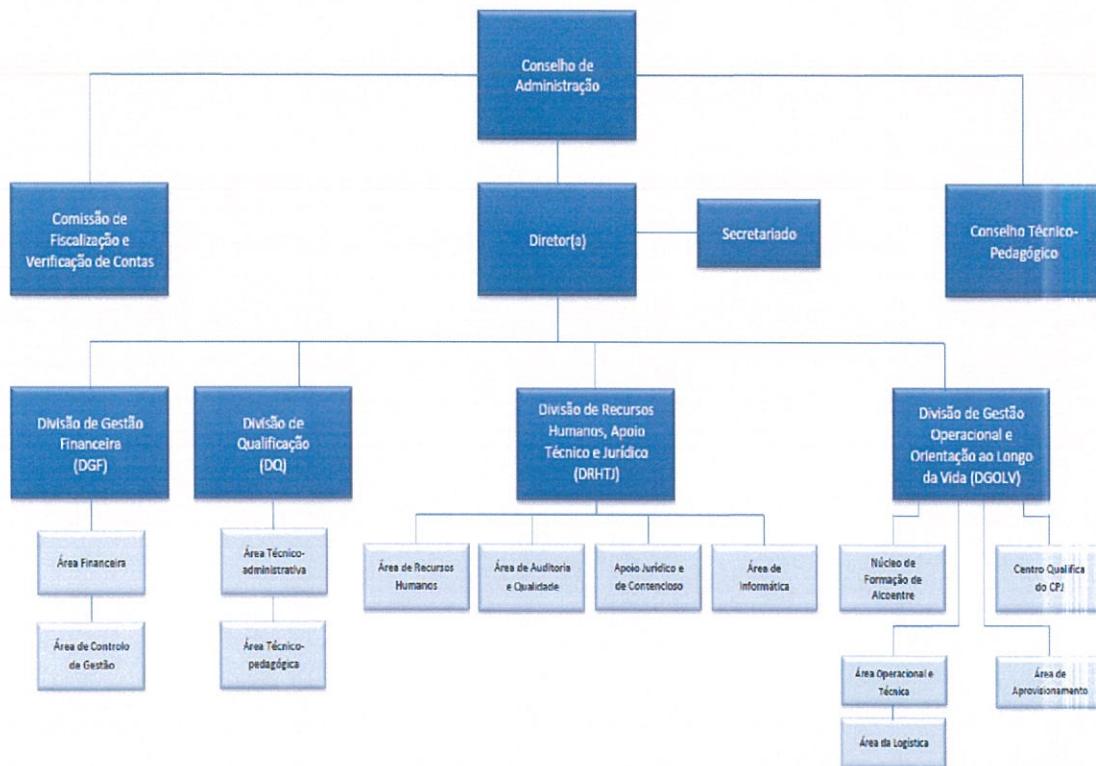


CPJ

Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça

ORGANOGRAMA

Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça (CPJ)



IX – PESSOAL E ESTRUTURA DIRIGENTE EXISTENTE EM 31-12-2021

102. Em virtude da alteração orgânica descrita no ponto anterior, que resultou na extinção das estruturas designadas Núcleos, passando o nível das UO a ser unicamente constituído por Divisões, e da indisponibilidade do anterior Chefe da Divisão de Qualificação para a renovação da comissão de serviços naquele cargo, em 2021 os titulares dos cargos dirigentes das UO, bem como as designações respetivas sofreram alterações, demonstradas no quadro 31. Também por força desta alteração, foram celebrados novos contratos de trabalho em comissão de serviços com os Chefes de Divisão da DRHTJ e da DGOLV. Assim, a 31-12-2021 a estrutura dirigente existente era a indicada no quadro seguinte:

Quadro 29 – Dirigentes

Cargo	Unidade	Nome	Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	DQ	Paulo de Carvalho Simões	Desde 01 de janeiro de 2021
Chefe de Divisão	DGF	Jorge Manuel Marques Rosado	Desde 02 de abril de 2020
Chefe de Divisão	DRHTJ	Teresa Paula de Freitas Gomes	Desde 13 de setembro de 2021
Chefe de Divisão	DGOLV	Carlos Ferreira Salgado de Sousa	Desde 13 de setembro de 2021

103. Na mesma data, no mapa de pessoal do CPJ constavam 29 trabalhadores conforme indicado no quadro seguinte:

Quadro 30 – Quadro de Pessoal

	Nome	Categoría Profissional	N.º
01	Ana Catarina Santos de Almeida Oliveira	Técnico Superior	012
02	Ana Cristina Soares Marçal	Técnico Superior	010
03	Ana Elisa da Silva da Costa Santos	Diretora	043
04	Ana Maria Ascensão Bernardo Soares	Técnico Superior	047
05	Ana Maria Moura da Silva	Assistente Técnico	021
06	Carla Susana Guimarães da Silva Bacalhau	Assistente Técnico	007
07	Carlos Ferreira Salgado de Sousa	Chefe de Divisão	004
08	Cátia Teixeira de Araújo	Técnico Superior	022
09	Daniella Alexandra Amaral Sousa Dias	Técnico Superior	055
10	Dina Isabel Almeida Marques	Assistente Técnico	031
11	Elisabete Alexandra Araújo Gomes	Técnico Superior	057
12	Filomena de Fátima Martins Rodrigues Santos	Assistente Técnico	003
13	Helena Isabel Neves Catroga	Técnico Superior	032
14	João Carlos Franco Narciso	Técnico Superior	002
15	Jorge Manuel Marques Rosado	Chefe de Divisão	017
16	José Alberto de Freitas Pereira	Assistente Técnico	016
17	José Francisco Ramiro Inácio	Técnico Superior	024
18	Leandro Costa Marques	Técnico Superior	023
19	Liliana Maria Lobato Amaral	Técnico Superior	046
20	Miriam Martins da Silva Cardoso	Técnico Superior	019
21	Paula Cristina Silva Dias Almeida de Castro Pereira	Assistente Técnico	001
22	Paulo de Carvalho Simões	Chefe de Divisão	056
23	Pedro Miguel Torres Salvado	Assistente Técnico	008
24	Ricardo Jorge Henriques Accioli de Freitas	Técnico Superior	011
25	Rui Pedro Santos Silva	Técnico Superior	039
26	Susana Lourenço Franco	Técnico Superior	015
27	Teresa Paula de Freitas Gomes	Chefe de Divisão	045
28	Vânia Cristina Lage Padrão	Técnico Superior	034
29	Vânia Rafaela Queirós dos Reis	Técnico Superior	054



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

X – CONTABILIDADE DE GESTÃO

104. No âmbito da Contabilidade de Gestão, prosseguiu-se em 2021 com a metodologia de apuramento de custos de atividade por recurso a centros de responsabilidade (vulgo centros de custo), nestes termos foram utilizados centros para aglutinarem os custos diretos com a atividade e outros para os custos indiretos, estes por sua vez estão classificados por custos incorporáveis na atividade formativa e por custos não incorporáveis, sendo esta distinção realizada em conformidade com as regras de elegibilidade dos custos no âmbito da formação cofinanciada pelo Fundo Social Europeu. Quanto à imputação dos custos indiretos à atividade formativa, a mesma foi concretizada pela aplicação de coeficientes calculados a partir do volume da formação do ano.

105. Refira-se que, dada a natureza do seu público-alvo do CPJ, população jovem e adulta à guarda da DGRSP, não foram gerados quaisquer rendimentos provenientes da sua atividade formativa ou de qualquer outra.

106. O quadro seguinte apresenta os indicadores de gestão apurados em 2021:

Quadro 31 – Indicadores de Gestão

CUSTOS DO EXERCÍCIO DE 2021						
Atividades	Diretos (1)	Desagregação de Custos por atividade			Total de Custos Incorporáveis (1) + (2)	Total
		Incorporáveis (2)	Não Incorporáveis (3)	Total Indiretos (2) + (3)		
Formação profissional						
Cursos EFA	1 370 188,00 €	939 095,00 €	118 281,00 €	1 057 376,00 €	2 309 283,00 €	2 427 564,00 €
Cursos FMC	319 317,20 €	217 223,66 €	27 359,85 €	244 583,50 €	536 540,86 €	563 900,70 €
sub-total	1 689 505,20 €	1 156 318,66 €	145 640,85 €	1 301 959,50 €	2 845 823,86 €	2 991 464,70 €
Estágios profissionalizantes	15,42 €	- €	- €	- €	15,42 €	15,42 €
Centro Qualifica do CPJ	261 762,34 €	- €	- €	- €	261 762,34 €	261 762,34 €
Obras de requalificação externas	22 365,21 €	- €	- €	- €	22 365,21 €	22 365,21 €
Obras de requalificação internas	96 343,37 €	- €	- €	- €	96 343,37 €	96 343,37 €
Total	2 069 991,54 €	1 156 318,66 €	145 640,85 €	1 301 959,50 €	3 226 310,20 €	3 371 951,04 €

Indicadores de análise do custo da atividade Formativa

	Modalidade formativa	Custos Incorporáveis		Custos Totais	
		EP	CE	EP	CE
Custo médio dos cursos	Cursos EFA	23 727,33 €	11 393,18 €	24 938,37 €	11 986,91 €
	Cursos FMC	5 048,88 €	9 303,35 €	5 339,33 €	9 519,88 €
Custo por formando	Cursos EFA	1 876,87 €	1 641,39 €	1 972,66 €	1 726,93 €
	Cursos FMC	392,94 €	2 006,61 €	415,55 €	2 053,31 €
Custo hora formação	Cursos EFA	43,99 €	20,37 €	46,23 €	21,43 €
	Cursos FMC	53,13 €	45,10 €	56,18 €	46,15 €
Custo hora formando	Cursos EFA	5,71 €	5,59 €	6,00 €	5,89 €
	Cursos FMC	5,07 €	12,52 €	5,36 €	12,82 €

Nota: Os indicadores deste quadro foram calculados com base nos indicadores de execução física de 2021 expressos no Quadro 9



CPJ

Centro Protocolar de Formação
Profissional para o Sector da Justiça

XI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

107. O Conselho de Administração do CPJ propõe que o Resultado Líquido negativo do exercício de 2021, apurado nas demonstrações financeiras segundo o SNC-AP, no valor de 6.190,59€ (seis mil, cento e noventa euros e cinquenta e nove cêntimos), seja aplicado em Resultados Transitados.

Lisboa, 04 de abril de 2022

A Diretora

(Ana Elisa Costa Santos)

Lisboa, 04 de abril de 2022

O Conselho de Administração